 ISBN: 978-85-87942-61-6

## GT 011. Antropologia da Moral e da Ética

Carlos Eduardo Valente Dullo (UFRGS) - Coordenador/a, Roberta Bivar Carneiro Campos (Universidade Federal de Pernambuco) - Coordenador/a A Antropologia se desenvolveu debatendo as regras e normas sociais, os processos de julgamento e atribui??o de responsabilidade, as formas de san??o e puni??o, as prescri?es e proibi?es, bem como os efeitos sociais das transgress?es. A problem?tica da moralidade n?o ?, portanto, estranha para a nossa disciplina. Entretanto, n?o se constituiu, at? recentemente, um campo de pesquisa como o da Moral e da ?tica. Tendo in?cio com o debate sobre a tens?o entre o universalismo moral e o relativismo das moralidades locais, passando pela redefini??o dos conceitos de moral e ?tica sob a ?tica espec?fica da Antropologia, esta agenda te?rico-metodol?gica volta-se principalmente para uma preocupa??o com novos recortes emp?ricos como as figuras exemplares, as conceitua?es de ?liberdade? e ?responsabilidade?, as pr?ticas de cuidado (care), os processos de recupera??o ap?s momentos cr?ticos, as respostas sociais a trag?dias, entre tantos outros recortes que observem seja o evento ordin?rio seja o extraordin?rio momento de quebra ou (re)institui??o da moral - bem como as maneiras pelas quais os processos de mudan?a e de conserva??o se atualizam. Seguindo, portanto, a proposta de Laidlaw, Fassin, Robbins, Keane e Das (entre outros) uma antropologia que se volte para estes fen?menos compor?, necessariamente, uma chave anal?tica transversal ?s mais diversas tem?ticas: religi?o, pol?tica, economia, fam?lia e parentesco, sa?de e bem-estar, natureza e animais, direito, g?nero e sexualidade etc.

**Regimes morais e ilegalidades no cotidiano de work da Polícia Militar do Ceará**

**Autoria:** Letícia de Sousa Araújo, Jania Perla Diogenes Aquino

Este work aborda regimes de moralidades que orientam agentes de segurança da Polícia Militar do Ceará, profissionais imersos em um grupo coorporativo que compartilha de uma estrutura organizacional e institucional própria. Vemos que a atuação das forças policiais militares como um todo aponta para a prática de ilegalidades permeadas de um discurso pautado em regimes de moralidades que dão sustentação e legitimam tais práticas. É ilegal (do ponto de vista jurídico), mas moralmente justificável (do ponto de vista policial). Partindo de um esforço analítico de work anterior, tornou-se claro que a vivência da prática da atividade policial, para além do caráter normativo das regras oficiais, possui arranjos e agenciamentos próprios de sobrevivência e reprodução que, inúmeras vezes, modelam as ações policiais. Percebe-se que é cada vez mais comum que a aplicação das regras ou o simples cumprimento da Lei sejam reinventados (TELLES, 2009) pela prática do work policial e que neste limiar entre o oficialmente ?permitido? e o ?não permitido?, o ?certo? e ?errado? existe um grau de tolerância moralmente justificado e legitimado entre os policiais e, inúmeras vezes, compartilhado por diversos setores da sociedade. Neste caso, parece ser engendrada uma moralidade peculiar compartilhada entre eles e dotada (por que não dizer disfarçada) de um caráter cívico, em que a violência e a violação dos direitos humanos surgem como uma espécie de dever ou comprometimento moral de ?limpeza? da sociedade e manutenção da ordem, que estariam iminentemente ameaçadas pelas figuras do ?meliante?, ?vagabundo? ou ?marginal?. Este work visa, portanto, compreender os dispositivos morais que orientam e embasam determinadas práticas ilegais por parte daqueles que oficialmente têm a função social de proteger e garantir o cumprimento da lei trazendo algumas questões que serão importantes na condução desta investigação: Que valores morais são acionados para justificar as ilegalidades praticadas em sua rotina de work? Como são construídas determinadas prescrições morais dentro de um grupo específico como a Polícia Militar que compartilha de uma estrutura organizacional e institucional própria? De que forma esses mecanismos, por vezes intersubjetivos e morais, modelam

 ISBN: 978-85-87942-61-6

> estigmas e determinam códigos de classificação que colocam certos indivíduos e grupos em condição de inferioridade moral e irrelevância social? Até que ponto a prática do work policial militar produz esses mecanismos intersubjetivos e morais em determinadas ações?
> Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

# Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

**Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA**
**Diretoria da ABA 2017/2018**
**Comissão Organizadora da 31ª RBA**

**Realização:** **Apoio:** **Organização:**